

SUMÁRIO

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 23 |
|------------------|----|

Capítulo 1

| | |
|--|-----------|
| A CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA NO DIREITO BRASILEIRO | 29 |
| 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 29 |
| 1.2 DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA IMPERATIVA À ATUAÇÃO CONSENSUAL: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO MARCO DE ABERTURA DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO À CONSENSUALIDADE..... | 31 |
| 1.2.1 A visão tradicional do Direito Administrativo brasileiro: a atuação administrativa pautada na prerrogativa imperativa..... | 31 |
| 1.2.2 A Constituição Federal de 1988, a reforma da gestão pública de 1995 e a reformulação de paradigmas do Direito Administrativo brasileiro | 34 |
| 1.3 A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA CONSENSUAL | 45 |
| 1.4 MANIFESTAÇÕES DA CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA NO DIREITO BRASILEIRO..... | 49 |
| 1.4.1 Desapropriação amigável | 51 |
| 1.4.2 Colaboração premiada | 54 |
| 1.4.3 Transação penal e suspensão condicional do processo | 59 |
| 1.4.4 Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública | 62 |
| 1.4.5 Acordo de leniência..... | 65 |
| 1.4.5.1 Acordo de leniência e defesa da concorrência..... | 66 |
| 1.4.5.2 Acordo de leniência e combate à corrupção | 69 |
| 1.4.5.3 Acordo de leniência no âmbito licitatório | 71 |
| 1.4.6 Parcerias Público-Privadas | 71 |
| 1.4.7 Arbitragem..... | 75 |
| 1.4.8 Mediação (e conciliação) | 80 |
| 1.4.9 O (revogado) art. 17, §1º, da Lei de Improbidade Administrativa e seu histórico descompasso com a progressiva abertura do Direito Administrativo à consensualização..... | 85 |

| | | |
|-----|---|----|
| 1.5 | A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO DESTINATÁRIA DA REGRA ESTABELECIDADA PELO ART. 190 DO CPC/2015 | 92 |
|-----|---|----|

Capítulo 2

| | | |
|---------|---|-----------|
| | PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL NO CPC BRASILEIRO..... | 95 |
| 2.1 | PREMISSAS HISTÓRICAS E IDEOLÓGICAS..... | 95 |
| 2.1.1 | O privatismo processual | 96 |
| 2.1.2 | Publicismo processual e o dogma da irrelevância da vontade no processo..... | 98 |
| 2.1.3 | A redescoberta da vontade privada: um retorno ao privatismo processual? | 103 |
| 2.1.4 | O histórico legislativo pátrio | 108 |
| 2.2 | PREMISSAS LÓGICO-CONCEITUAIS..... | 115 |
| 2.2.1 | Conceitos extraíveis da teoria do fato jurídico: plano da existência..... | 116 |
| 2.2.1.1 | Fato jurídico em sentido estrito..... | 117 |
| 2.2.1.2 | Ato-fato jurídico | 117 |
| 2.2.1.3 | Atos jurídicos lato sensu: ato jurídico stricto sensu e negócio jurídico | 119 |
| 2.2.1.4 | Ato ilícito | 120 |
| 2.2.2 | A teoria dos fatos jurídicos processuais: plano da existência..... | 121 |
| 2.2.2.1 | Fato jurídico processual..... | 121 |
| 2.2.2.2 | Ato-fato processual | 123 |
| 2.2.2.3 | Ato jurídico processual lato sensu e ato jurídico processual stricto sensu | 125 |
| 2.2.2.4 | Ato ilícito processual..... | 128 |
| 2.2.3 | Os negócios jurídicos processuais..... | 128 |
| 2.2.3.1 | Generalidades | 128 |
| 2.2.3.2 | Conceito e classificação dos negócios jurídicos processuais..... | 140 |
| 2.2.3.3 | Convenções ou acordos processuais | 143 |
| 2.2.3.4 | Protocolos ou acordos institucionais..... | 149 |
| 2.2.4 | A teoria do fato jurídico: plano da validade..... | 150 |
| 2.2.5 | Os atos jurídicos processuais lato sensu e o plano da validade | 158 |
| 2.2.6 | A teoria do fato jurídico: plano da eficácia | 163 |
| 2.2.7 | A teoria dos fatos jurídicos processuais: plano da eficácia | 165 |
| 2.2.8 | Conceito de cláusula geral..... | 172 |
| 2.2.9 | Conceito de procedimento..... | 174 |
| 2.3 | PREMISSAS NORMATIVAS: CONSTITUCIONALIDADE E FUNDAMENTOS DO ART. 190 DO CPC/2015 | 178 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 2.3.1 | A constitucionalidade da cláusula geral de atipicidade da negociação processual prevista no art. 190 do CPC/2015..... | 180 |
| 2.3.2 | Fundamentos da cláusula de atipicidade da negociação processual..... | 185 |
| 2.3.2.1 | Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo | 187 |
| 2.3.2.2 | Princípio da cooperação..... | 189 |

Capítulo 3

| | | |
|---|---|------------|
| A CONSTRUÇÃO DA CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO | | 193 |
| 3.1 | DA IRRELEVÂNCIA DA VONTADE NO PROCESSO À FORMAÇÃO DE UM MICROSSISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL | 193 |
| 3.2 | PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS..... | 199 |
| 3.2.1 | Sujeitos..... | 200 |
| 3.2.1.1 | Significado do termo “parte” utilizado no art. 190 do CPC/2015.. | 200 |
| 3.2.1.2 | Ainda sobre o significado do termo “parte” na dicção do art. 190 do CPC/2015: o órgão jurisdicional como sujeito de convenções processuais..... | 203 |
| 3.2.1.2.1 | O posicionamento de Antonio do Passo Cabral | 204 |
| 3.2.1.2.2 | A posição de Murilo Teixeira Avelino..... | 212 |
| 3.2.1.3 | Vontade consciente e autorregrada..... | 213 |
| 3.2.2 | Objeto: referibilidade a um processo..... | 215 |
| 3.2.2.1 | Alteração do procedimento | 216 |
| 3.2.2.2 | Disposição sobre situações jurídicas processuais | 218 |
| 3.2.3 | Forma (em sentido amplo)..... | 220 |
| 3.3 | REQUISITOS DE VALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS... | 221 |
| 3.3.1 | Partes plenamente capazes..... | 222 |
| 3.3.1.1 | Sobre a(s) acepção(ões) de capacidade no art. 190 do CPC/2015..... | 222 |
| 3.3.1.2 | Partes plenamente capazes: a interpretação da expressão lançada no art. 190 do CPC/2015 | 229 |
| 3.3.1.3 | A vulnerabilidade como incapacidade processual negocial | 233 |
| 3.3.2 | Ainda quanto ao aspecto subjetivo de validade das convenções processuais: a manifestação de vontade desprovida de vícios | 241 |
| 3.3.2.1 | Manifestação e vícios de vontade | 241 |
| 3.3.2.2 | Manifestação de vontade viciada pela inserção abusiva de acordo processual em contrato de adesão..... | 245 |
| 3.3.3 | Objeto lícito, possível, preciso e determinado ou determinável | 247 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 3.3.3.1 | A licitude do objeto..... | 248 |
| 3.3.3.1.1 | Versar o processo sobre direitos que admitam autocomposição..... | 248 |
| 3.3.3.1.2 | Negócios processuais atípicos e seus limites implícitos: o tratamento doutrinário conferido ao tema..... | 253 |
| 3.3.3.1.3 | Negócios jurídicos processuais simulados e fraudulentos | 263 |
| 3.3.3.2 | As possibilidades física e jurídica do objeto..... | 265 |
| 3.3.3.3 | Previsibilidade do acordo celebrado: a precisão e a determinabilidade do objeto | 266 |
| 3.3.4 | Forma prescrita ou não defesa em lei..... | 267 |
| 3.4 | CONTROLE DE VALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS..... | 269 |
| 3.4.1 | Iniciativa para deflagração do controle de validade | 269 |
| 3.4.2 | Forma de deflagração do controle de validade pela parte | 271 |
| 3.4.3 | Requisitos procedimentais do controle de validade..... | 273 |
| 3.4.4 | Regime jurídico do controle de validade pela parte | 273 |
| 3.5 | EFICÁCIA JURÍDICA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS | 274 |
| 3.5.1 | Eficácia jurídica dos negócios antecedentes e dos negócios incidentais... | 274 |
| 3.5.2 | Condições de eficácia do negócio processual atípico | 275 |
| 3.5.2.1 | Homologação como condição legal de eficácia dos negócios atípicos?..... | 275 |
| 3.5.2.2 | Condições e termos convencionados (determinações inexas) | 277 |
| 3.5.3 | Esfera subjetiva de eficácia dos negócios processuais | 279 |
| 3.5.4 | (In)adimplemento dos negócios jurídicos processuais..... | 282 |
| 3.6 | REVOGAÇÃO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS | 285 |
| 3.7 | INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS | 286 |
| 3.8 | ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO ART. 190 DO CPC/2015 | 288 |
| 3.9 | NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS CELEBRADOS ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC/2015: O DIREITO INTERTEMPORAL..... | 293 |
| 3.10 | VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ADOÇÃO DE UMA CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL | 294 |

Capítulo 4

| | | |
|-----|--|------------|
| | O REGIME JURÍDICO DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO | 301 |
| 4.1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 301 |
| 4.2 | A (IN)VALIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO PROCESSUAL E SEUS REFLEXOS | 301 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.3 | O PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO DA CAPACIDADE PROCESSUAL NEGOCIAL PELO PODER PÚBLICO | 305 |
| 4.3.1 | Competência | 306 |
| 4.3.1.1 | Competência implícita para celebração de negócios jurídicos processuais | 307 |
| 4.3.1.2 | A celebração de negócios jurídicos processuais pela Advocacia Pública..... | 310 |
| 4.3.2 | Exercício de poder-dever discricionário..... | 314 |
| 4.3.3 | Impessoalidade..... | 316 |
| 4.3.4 | Poder Público e vulnerabilidade..... | 318 |
| 4.4 | RESPEITO À ISONOMIA, PRECEDENTE ADMINISTRATIVO E AUTOLIMITAÇÃO NEGOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 319 |
| 4.4.1 | O contributo de Humberto Ávila ao estudo do conteúdo jurídico da igualdade | 319 |
| 4.4.2 | A teoria do precedente administrativo e sua adequação ao direito brasileiro | 322 |
| 4.4.3 | Respeito à isonomia: a decisão de celebrar negócio jurídico processual como precedente para a Administração Pública..... | 331 |
| 4.4.4 | Autolimitação negocial da Administração, eficácia do precedente administrativo e formas de controle de sua aplicação | 334 |
| 4.5 | ASPECTOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS AOS REQUISITOS OBJETIVOS DE VALIDADE DA CONVENÇÃO PROCESSUAL ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO..... | 338 |
| 4.5.1 | Licitude do objeto: as prerrogativas processuais da Fazenda Pública são negociáveis? | 338 |
| 4.5.1.1 | Prerrogativas relacionadas ao regime jurídico de direito material a que se sujeitam as pessoas jurídicas de direito público ou à própria natureza dessas..... | 341 |
| 4.5.1.2 | Prerrogativas relacionadas ao funcionamento da estrutura administrativa..... | 345 |
| 4.5.2 | Motivo da decisão administrativa de celebração de negócio jurídico processual | 349 |
| 4.6 | A MOTIVAÇÃO COMO REQUISITO DE VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL..... | 351 |
| 4.7 | REQUISITO FORMAL DE VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL..... | 356 |
| 4.7.1 | Negócios jurídicos comissivos celebrados pelo Poder Público | 356 |
| 4.7.2 | A Fazenda Pública e as omissões processuais negociais | 358 |
| 4.8 | REQUISITO FINALÍSTICO DE VALIDADE DA CONVENÇÃO PROCESSUAL ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO | 360 |
| 4.9 | EFICÁCIA DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO E PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE..... | 362 |
| 4.10 | NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO..... | 365 |

| | | |
|--------|--|------------|
| 4.10.1 | A nomenclatura utilizada: processo ou procedimento administrativo? | 365 |
| 4.10.2 | Os princípios da eficiência e do formalismo moderado como fundamentos da atuação processual administrativa negocial | 368 |
| 4.10.3 | O art. 15 do CPC/2015 e a sua importância para a celebração de negócios jurídicos processuais em processos administrativos | 373 |
| 4.10.4 | Alguns exemplos de negócios jurídicos processuais passíveis de celebração em processos administrativos | 377 |
| 4.11 | PROTOSCOLOS INSTITUCIONAIS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES | 381 |
| | CONCLUSÃO..... | 385 |
| | REFERÊNCIAS..... | 391 |